ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

CNPJ 14.370.342/0001-08
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Cinza - 1º Andar - Sala 2 - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou Lucro Líquido do Exercício de R$ 4.830 mil, Patrimônio Líquido de R$ 8.522 mil e Ativos Totais de R$ 17.644 mil. A Assembleia deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2016	2015
CIRCULANTE	**15.042**	**6.217**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	10.153	1.422
Contas a Receber (Nota 6)	3.666	4.132
Outros Créditos (Nota 7)	1.223	663
NÃO CIRCULANTE	**2.602**	**971**
Realizável a Longo Prazo	**103**	**-**
Outros Créditos (Nota 7)	103	-
Imobilizado de Uso (Nota 8)	**3**	**4**
Imobilizações de Uso	30	30
Depreciação Acumulada	(27)	(26)
Intangível (Nota 9)	**2.496**	**967**
Ativos Intangíveis	2.961	972
Amortização Acumulada	(465)	(5)
TOTAL	**17.644**	**7.188**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	2015
CIRCULANTE	**9.077**	**3.450**
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 10)	866	544
Dividendos a Pagar (Nota 20)	46	2
Contas a Pagar (Nota 11)	8.165	2.904
NÃO CIRCULANTE	**45**	**-**
Provisões para Contingências Cíveis	45	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**8.522**	**3.738**
Capital Social (Nota 12a)	2.001	2.001
Reservas de Lucros (Nota 12b)	6.521	1.737
TOTAL	**17.644**	**7.188**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2016	2015
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS (Nota 14)	**35.232**	**16.943**
Impostos e Contribuições sobre Serviços (Nota 18)	(4.666)	(2.140)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	**30.566**	**14.803**
RECEITAS OPERACIONAIS	**1.472**	**499**
Receitas Financeiras (Nota 15)	842	263
Outras Receitas Operacionais (Nota 15)	630	236
DESPESAS OPERACIONAIS	**24.770**	**14.937**
Despesas de Pessoal (Nota 16)	4.652	4.138
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 17)	19.687	10.467
Despesas Tributárias (Nota 18)	56	11
Outras Despesas Operacionais	375	321
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**7.268**	**365**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19a)	**(2.438)**	**(198)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**4.830**	**167**
Número de Ações	2.632.579	2.632.579
Lucro Líquido por ação em R$	1,83	0,06

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2016	2015
Lucro Líquido	**4.830**	**167**
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente	**4.830**	**167**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	Capital	Reservas de Lucros		Lucros	
Eventos	Social	Legal	Estatutária	Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2014	**2.001**	**80**	**1.492**	**-**	**3.573**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	167	167
Destinações: - Reservas	-	8	157	(165)	-
- Dividendos	-	-	-	(2)	(2)
Saldos em 31.12.2015	**2.001**	**88**	**1.649**	**-**	**3.738**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	4.830	4.830
Destinações: - Reservas	-	241	4.543	(4.784)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(46)	(46)
Saldos em 31.12.2016	**2.001**	**329**	**6.192**	**-**	**8.522**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**7.268**	**365**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	**461**	**13**
Depreciação e Amortização	461	13
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	**7.729**	**378**
(Aumento)/Redução em Contas a Receber	466	(1.308)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(728)	(231)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	5.306	1.813
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.051)	(191)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	**10.722**	**461**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Intangível	(1.989)	(410)
Aquisição de imobilizado	-	(3)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	**(1.989)**	**(413)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(2)	(5)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	**(2)**	**(5)**
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**8.731**	**43**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício	1.422	1.379
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício	10.153	1.422
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**8.731**	**43**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. é uma Companhia que tem por objetivo desenvolver atividades próprias para intermediação, assessoria, administração na venda de produtos, serviços e de negócios em geral realizados por meio de soluções relacionadas ao comércio eletrônico e aos meios de pagamento eletrônico. A ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 1º de fevereiro de 2017.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.5) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.6) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades ou exercidos com esta finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Companhia.

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil - econômica dos bens. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

2.7) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer do período estimado do benefício econômico. Composto por *softwares* são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais-fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

2.10) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

2.11) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.12) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 19.

2.13) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional (1)	63	273
Fundos de investimento financeiros (2)	10.090	1.149
Total de caixa e equivalentes de caixa	**10.153**	**1.422**

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e
(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, (composto por Letras Financeiras do Tesouro e Operações Compromissadas), exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) SERVIÇOS PRESTADOS A RECEBER

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Serviços prestados a receber (1)	3.666	4.132
Total	**3.666**	**4.132**

(1) Refere-se basicamente a valores a receber decorrentes das Intermediações nas Vendas R$ 813 (2015 - R$ 1.852), Intermediações nos Pagamentos R$ 645 (2015 - R$ 2.185), Manutenção de Fidelidade R$ 74 (2015 - R$ 93), Publicidades e Propagandas R$ 2.119 (2015 - R$ 2) e na Receita de Agenciamento R$ 15.

						Em 31 de dezembro	
	A vencer	Vencidos até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Acima de 91 dias	Total 2016	Total 2015
Publicidades e propagandas	2.119	-	-	-	-	2.119	2
Intermediações nas vendas	689	38	1	1	84	813	1.852
Intermediações nos pagamentos	416	5	49	26	149	645	2.185
Manutenção de fidelidade	18	18	19	19	-	74	93
Receita de agenciamento	15	-	-	-	-	15	-
Total em 2016	**3.257**	**61**	**69**	**46**	**233**	**3.666**	**4.132**

7) OUTROS CRÉDITOS

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Impostos e contribuições a compensar	1.177	456
Créditos tributários (Nota 19c)	123	188
Adiantamentos e antecipações salariais	16	19
Devedores diversos - País	10	-
Total	**1.326**	**663**

8) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens.

				Em 31 de dezembro	
	% Anual	Custo	Depreciação	2016	2015
Equipamentos em uso	20	30	(27)	3	4
Total		**30**	**(27)**	**3**	**4**

9) INTANGÍVEL

Os valores registrados no intangível referem-se a *softwares* em uso.

				Em 31 de dezembro	
	% Anual	Custo	Amortização	2016	2015
Software em uso	20	2.961	(465)	2.496	967
Total		**2.961**	**(465)**	**2.496**	**967**

Movimentações do Intangível

	Em 31 de dezembro
	***Software* em uso**
Saldo em 31.12.2015	**972**
Entradas	1.989
Saldo em 31.12.2016	**2.961**

10) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Impostos e contribuições a recolher	866	453
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	91
Total	**866**	**544**

11) CONTAS A PAGAR

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Serviços especializados, manutenção e mídia (2)	5.587	2.258
Provisão de incentivo de *marketing* (3)	1.993	-
Provisão de despesa com pessoal (1)	547	578
Provisão de despesas com vale alimentação e refeição	38	68
Total	**8.165**	**2.904**

(1) Trata-se de Provisão de Despesas com Pessoal de competência do ano de 2016;
(2) Referem-se basicamente a notas fiscais para pagamentos de contratação de serviços especializados em gestão e controle de todas as transações de compras feitas através do portal ShopFácil, manutenção e suporte técnico ao sistema gerenciador, e mídia que inclui as divulgações em mídias sociais (propaganda) e o marketing da empresa, no valor de R$ 5.587 (2015 - R$ 2.258); e
(3) Refere-se a recurso obtido para utilização em campanha promocional.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Ordinárias	2.632.579	2.632.579
Total	**2.632.579**	**2.632.579**

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Reservas de lucros	**6.521**	**1.737**
- Reserva legal (1)	329	88
- Reserva estatutária (2)	6.192	1.649

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2016 e 2015 estão demonstrados a seguir:

				Em 31 de dezembro
	2016	% (1)	2015	% (1)
Lucro líquido do exercício	4.830		167	
Reserva legal	(241)		(8)	
Base de cálculo	**4.589**		**159**	
Dividendos mínimos obrigatórios	**46**	**1,0**	**2**	**1,0**

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

13) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Companhia figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Os principais processos com essa classificação são pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, no montante de R$ 45 (R$ 4 em 2015) e R$ 467 (R$ 86 em 2015), com probabilidade de perda provável e possível, respectivamente, na avaliação dos advogados que assessoram a Companhia.

14) RECEITA DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Intermediação de meios de pagamentos	28.035	5.998
Intermediação de vendas	6.678	3.641
Comissões sobre vendas (1)	-	3.145
Comissões sobre meios eletrônicos (2)	-	2.590
Publicidade (3)	15	1.025
Programas de fidelidade (4)	429	544
Agenciamento	75	-
Total	**35.232**	**16.943**

(1) Referem-se basicamente a comissões recebidas dos parceiros comerciais sobre vendas intermediadas pela ShopFácil através do *site*;
(2) Referem-se basicamente as receitas obtidas através dos meios eletrônicos, sendo eles: Intermediação de vendas e Intermediação de pagamentos;
(3) Receitas provenientes da locação de espaço publicitário no *site* da Shopfácil; e
(4) Receitas provenientes da manutenção do Programa de Fidelidade Bônus Clube.

15) RECEITAS OPERACIONAIS

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Receitas Financeiras	842	263
Outras Receitas Operacionais (1)	630	236
Total	**1.472**	**499**

(1) Referem-se basicamente a reversão de provisões para pagamento de serviços de terceiros.

16) DESPESAS DE PESSOAL

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Proventos	2.851	2.492
Benefícios	830	774
Encargos sociais	784	734
Transportes e viagens	187	138
Total	**4.652**	**4.138**

17) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Assessoria técnica em processamento de dados	5.985	4.342
Publicidade e propaganda	11.639	3.652
Serviços especializados	1.476	2.206
Monitoramento de plataforma	43	139
Editais e publicações	75	88
Depreciações e amortizações	461	13
Aluguel	-	18
Outras despesas	8	9
Total	**19.687**	**10.467**

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Contribuição à COFINS	2.889	1.294
Contribuição ao PIS	626	281
Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	1.202	572
Outros Impostos	5	4
Total	**4.722**	**2.151**

continua...

...continuação

ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

CNPJ 14.370.342/0001-08
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Cinza - 1º Andar - Sala 2 - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

19) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2016	**2015**
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	**7.268**	**365**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(2.471)	(124)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(45)	(104)
Outros (Incentivos fiscais e efeito do adicional de IR 10%)	78	30
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(2.438)**	**(198)**

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2016	**2015**
Impostos diferidos:		
Constituição/realização, no exercício, sobre adições temporárias	(65)	42
Impostos corrente:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(2.373)	(240)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(2.438)**	**(198)**

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O valor do crédito tributário no montante de R$ 123 (2015 - R$ 188), refere-se a Imposto de Renda no montante de R$ 90 (2015 - R$ 138), Contribuição Social no montante de R$ 33 (2015 - R$ 50), com expectativa de realização em até 4 anos. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, no montante de R$ 116 (2015 - R$ 178).

d) Tributos a compensar ou recuperar

Referem-se a impostos de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, impostos retidos sobre prestação de serviços (IR, CS, PIS e COFINS) e impostos a compensar de IRPJ e CSLL de períodos anteriores, no montante de R$ 1.177 (2015 - R$ 456).

20) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Em 31 de dezembro			
	2016		**2015**	
	Ativo (passivo)	**Receitas (despesas)**	**Ativo (passivo)**	**Receitas (despesas)**
Caixa e equivalentes de caixa:				
Banco Bradesco S.A.	63	-	273	-
Dividendos a pagar:				
Banco Bradesco Cartões S.A.	(37)	-	(1)	-
Scopus Soluções em TI	(9)	-	(1)	-
Valores a pagar:				
Scopus Soluções em TI	(316)	(4.303)	(354)	(3.755)

21) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Nos exercícios 2016 e 2015, a Companhia não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não há processos com riscos fiscais e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis; e

c) Não houve eventos subsequentes que requeriam ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Marcelo da Silva Rego - Contador - CRC - 1SP301478/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da

ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como, as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 13 de abril de 2017

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Carlos Augusto de Freitas Torres
Contador CRC 1SP262958/O-0

AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS – AMGESP

AMGESP – Agência de Modernização da Gestão de Processos

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
AMGESP Nº 194/2017 – JORNAL NACIONAL

Processo: 1800-1199/2016;
Modalidade: Pregão Eletrônico n.º AMGESP- 11.443/2017;
Tipo: Menor preço por item;
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material permanente;
Data de realização: 03 de maio de 2017 às 09:00h, horário de Brasília.
Disponibilidade: endereço eletrônico **www.comprasnet.gov.br**.
Todas as referências de tempo obedecerão ao horário de Brasília/DF
Informações:
Fone: 82 3315-3477/ 1876

Maceió, 17 de abril de 2017.

Gabrielle Tibúrcio dos Santos
Superintendente de Licitação e Controle de Registro de Preços

---

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Físico nº: 0040412-80.2011.8.26.0068. Classe: Assunto: Monitória. Requerente: Hsbc Bank Brasil S.a. - Banco Múltiplo. Requerido: Cinthia Regiane Miranda - Epp. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0040412-80.2011.8.26.0068. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro de Barueri, Estado de São Paulo, Dr(a). Renata Bittencourt Couto da Costa, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Cinthia Regiane Miranda Epp e Cinthia Regiane Miranda que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Hsbc Bank Brasil S.a. - Banco Múltiplo, alegando em síntese que a requerida, através da Proposta e Termo de Adesão Giro Fácil-Conta Empresarial Jurídica, aderiram ao Contrato Global de Relacionamento Comercial e Financeiro para Pessoa Jurídica, recebendo no ato cópia da mencionada avença que fora registrada no 1º Ofício de Distribuição de Documentos da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, sob o nº 890.854. As requeridas, por meio de saques através de cheques e outros débitos utilizaram a totalidade do limite rotativo do cheque especial empresarial que lhes fora ofertado, sendo certo afirmar que em razão da contumácia com relação ao saldo devedor do contrato, na data de seu vencimento, não fora mais renovado e o valor do débito que se apurou restou transferido para "curso anormal", melhor esclarecendo para prejuízo efetivo suportado pela Instituição Financeira. O saldo devedor desta operação de crédito, atualizado para a data de 23/09/2011, importava em R$ 46.793,12. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Barueri, aos 08 de março de 2017.

Sistema FIEMT SENAI
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2017/SENAI

ENTREGA DOS ENVELOPES/CREDENCIAMENTO: das **08h30min** às **09h00min** do dia 27de Abril de 2017. **ABERTURA DOS ENVELOPES:** às **09h00min** do dia 27 de Abril de 2017 (horário desta Capital). **OBJETO: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada no fornecimento de Equipamentos para estruturação do curso de elétrica da unidade operacional de Várzea Grande**, conforme Especificações e condições constantes no Instrumento Convocatório e seus Anexos. Aquisição do Edital: **www.portaldofornecedor.fiemt.com.br** Telefone: (65) 3611-1612 ou FAX (65) 3611-1687. **LOCAL DO CERTAME:** Sala da Comissão Permanente de Licitação do Sistema FIEMT. Endereço: Av. Historiador Rubens de Mendonça nº 4301, Bairro Centro Político Administrativo, Cuiabá–MT.

Cuiabá, 17 de Abril de 2017.

Ana Virgínia de Carvalho
Coordenadora de Aquisições e Contratos – SFIEMT

Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A
CNPJ/MF nº 60.498.557/0001-26 - NIRE nº 35.300.012.143
Convocação

São convocados os senhores acionistas do **Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A**, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas na sede social à Avenida Paulista nº 1274, nesta cidade e Estado de São Paulo, no dia **26/04/2017**, às **09:00 e 09:15 horas**, respectivamente, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **em Assembleia Geral Ordinária**: a) Tomar as contas da Diretoria, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2016; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e c) Reeleger os membros da Diretoria com a consequente alteração da Remuneração Anual Global da Diretoria e do Conselho Consultivo; e **em Assembleia Geral Extraordinária**: a) Ajustar o capítulo que trata da Ouvidoria no Estatuto Social da Sociedade com a sua consequente consolidação; b) Reeleger os membros do Conselho Consultivo; c) Eleger um novo membro para o Conselho Consultivo; d) Eleger um novo membro qualificado para o Comitê de Auditoria; e) Destituir 1 (um) Diretor; e f) outros assuntos de interesse social. São Paulo, 17 de abril de 2017.
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A
Makoto Kinoshita - Diretor Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATÉ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2017 - Objeto: Contratação de pessoa jurídica, EXCLUSIVAMENTE de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, para aquisição parcelada de materiais descartáveis a serem utilizados pelo Departamento Municipal de Saúde de Ibaté/SP, conforme Anexo I (Termo de Referência). Data do Pregão: 03/05/2017 às 09:00 horas. Local: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Ibaté, localizado na Avenida São João, n.º 1051 – Centro – Ibaté/SP. O DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM. Conforme Decreto Executivo n.º 2.659, de 02 de Janeiro de 2017, fica designado Pregoeiro e equipe de apoio, em obediência ao artigo 3º, inciso § 1º, da Lei Federal n.º 10.520/02. Local e horário para retirada do Edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Ibaté, localizada na Avenida São João, º 1.051, Centro, no horário compreendido entre as 08h às 12h e das 13h30m às 17h, de segunda a sexta-feira devendo ser recolhido emolumentos e gratuitamente pelo site: http://www.ibate.sp.gov.br no link "Licitações Públicas – Pregão Presencial", devendo ser feito download do Edital e enviado documento de retirada. Informações adicionais poderão ser obtidas por meio do telefone (16) 3343-1252 ramais 219 e 230. Ibaté/SP, 17 de abril de 2017. Samuel Augusto Generoso. Assessor de Licitações, Compras e Contratos

---

Arysta LifeScience

ARYSTA LIFESCIENCE DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA E AGROPECUÁRIA S.A.

CNPJ nº 62.182.092/0001-25 - NIRE nº 3530049271-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores Acionistas convidados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que será realizada no dia 28/04/2017, às 10:00h, na sede da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, 12º e 13º andares, Bloco "E", Condomínio WTorre JK, CEP 04543-011, na Cidade e Estado de São Paulo, a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; (ii) Deliberar sobre a proposta para destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; (iv) Ratificar a remuneração global dos administradores para o exercício de 2016; e (v) Fixar a remuneração global dos administradores para o exercício de 2017. Em Assembleia Geral Extraordinária: (vi) Homologar o aumento de capital social da Companhia, com a respectiva alteração do Artigo 5º do Estatuto Social; (vii) Deliberar sobre a proposta de alteração da redação do Artigo 10º do Estatuto Social, que trata da composição da Diretoria Executiva; (viii) Deliberar sobre a proposta de alteração da redação do Artigo 2º, § 2º, alínea b do Estatuto Social, que trata filial na cidade de Pereiras, Estado de São Paulo; e (ix) Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social com base nas deliberações tomadas acima e as adaptações necessárias de redação de outros Artigos. Acham-se à disposição dos senhores Acionistas, na sede social, os documentos exigidos pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 18 de abril de 2017. **Fabio Torretta - Diretor Presidente e Yuji Hamada - Diretor Administrativo e Financeiro.**

SANTANDER S.A. SERVIÇOS TÉCNICOS, ADMINISTRATIVOS E DE CORRETAGEM DE SEGUROS

CNPJ nº 52.312.907/0001-90 - NIRE 35.300.049.934

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros, para a Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 28.4.2017, às 10h, na Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, nº 2041/2235, Bloco A - Vila Olímpia, São Paulo/SP, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(1)** Aprovar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2016; **(2)** Deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados;e **(3)** Fixar a remuneração global anual dos administradores. **Informações Gerais:** Os acionistas deverão comparecer à Assembleia Geral Ordinária ("AGO") munidos dos documentos identidade e que comprovem a propriedade de suas ações. Na hipótese de representação por procurador, os acionistas deverão depositar no endereço referido abaixo, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas antes da realização da AGO, instrumento de mandato outorgado nos termos do Art. 126, §1º, da Lei nº 6.404/76. Os documentos relacionados às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGO encontram-se à disposição dos acionistas na Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, nº 2041/2235, Bloco A - Vila Olímpia, São Paulo/SP, Departamento Jurídico Societário, onde poderão ser consultados, em dias úteis, no horário das 10:00 às 16:00 horas. São Paulo, 11 de abril de 2017. Reginaldo Antonio Ribeiro - Diretor Executivo.

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL – RESUMO. Edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel e para intimação dos executados **INACOR – INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA LTDA** (CNPJ. 60.483.641/0001-76), na pessoa de seu representante legal; **EMPRESA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA** (CNPJ. 58.119.058/0001-39), na pessoa de seu representante legal; **RADI MACRUZ (CPF. 039.956.078-63),** de seu cônjuge **VALÉRIA BEZERRA DE CARVALHO** (CPF. 302.055.428-53), bem como dos credores **UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL, UNIÃO** (CNPJ. 00.394.460/0001-41) e demais interessados, expedido nos autos da **Carta Precatória nº 0074638-82.2016.8.26.0021,** que tramita perante o **Setor Unificado de Cartas Precatórias/SP,** extraída dos autos da Ação de Execução, Processo nº 52849/95, em trâmite perante a 12ª Vara Cível da Comarca de Brasília/DF, requerida por **BANCO DO BRASIL S/A (CNPJ. 00.000.000/3204-20).** Nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, **FAZ SABER** que levará a leilão o bem abaixo descrito, através do portal de leilões on-line da **ZUKERMAN LEILÕES (www.zukerman.com.br)**, em condições que segue: **1. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Apartamento nº 44, localizado no 4º andar do Edifício Cap D´Antibes, sito à Alameda dos Maracatins nº 1.011, em Indianápolis, 24º Subdistrito, com a área útil de 36,02m², a área comum de 15,71m², a área comum de garagem de 14,876m², a área total da unidade de 66,606m², e a fração ideal de 2,4810%. **Contribuinte: 041.211.0263-0** conforme Av.2 (16/11/1988). **Matrícula: 73.156 do 14º CRI da Capital/SP**. **ÔNUS:** Consta da referida matrícula, conforme **R.6 (13/11/2007),** PENHORA EXEQUENDA; conforme **Av.7 (08/10/2012),** PENHORA em favor da UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL, extraída dos autos da Carta Precatória nº 0004677-15.2012.403.6182, que tramita perante a 1ª Vara de Execução Fiscal da Capital/SP, expedida pelo Juízo de Direito da 11ª Vara Federal da Comarca de Brasília/DF, ação de Execução Fiscal; conforme **Av.8 (08/10/2012)**, INDISPONIBILIDADE do imóvel; e conforme **Av.9 (23/10/2012)**, PENHORA de 50% do imóvel em favor de UNIÃO, extraída da ação de Execução Trabalhista, processo nº 478/2011, que tramita perante a 49ª Vara do Trabalho da Capital/SP – TRT 2ª Região. **2. AVALIAÇÃO TOTAL DO IMÓVEL: R$ 407.092,25 (MARÇO/2017 – CONF. Cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do TJSP)**. **3. VISITAÇÃO -** Não há visitação. **4. DATAS DAS PRAÇAS 1ª Praça começa em 26/05/2017, às 13h00min, e termina em 29/05/2017, às 13h00min e; 2ª Praça começa em 29/05/2017, às 13h01min, e termina em 20/06/2017, às 13h00min. 5. CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO –** edital completo com forma de pagamento, lance mínimo, comissão do leiloeiro e demais condições no site www.zukerman.com.br. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Avenida Angélica, nº 1.996, 6º andar, Higienópolis, Capital SP, ou ainda, pelo telefone (11)2184-0900 e email: contato@zukerman.com.br. Ficam os executados INACOR – INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA LTDA, na pessoa de seu representante legal; EMPRESA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA, na pessoa de seu representante legal; RADI MACRUZ, seu cônjuge VALÉRIA BEZERRA DE CARVALHO, bem como os credores UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL, UNIÃO e demais interessados, **INTIMADOS** das designações supra, caso não seja (m) localizado (a) (s) para a intimação pessoal, bem como da Penhora realizada em 20/10/2006. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. SP, 24/03/2017.

AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS – AMGESP

AMGESP – Agência de Modernização da Gestão de Processos

AVISO DE LICITAÇÃO
AMGESP Nº 190/2017 – JORNAL NACIONAL

Processo: 2102-477/2014;
Modalidade: Pregão Eletrônico n.º AMGESP-11.126/2017;
Tipo: Menor preço por item;
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo, manutenção predial e serviços gerais;
Data de realização: 03 de maio às 09:00h, horário de Brasília.
Disponibilidade: endereço eletrônico **www.comprasnet.gov.br**.
Todas as referências de tempo obedecerão ao horário de Brasília/DF
Informações:
Fone: 82 3315-3477/ 1876

Maceió, 17 de abril de 2017.

Gabrielle Tibúrcio dos Santos
Superintendente de Licitação e Controle de Registro de Preços

*Reproduzido por incorreção.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOUVEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Louveira informa que realizará o Pregão Presencial nº 040/2017, objetivando o registro de preços para prestação de serviços de locação de máquinas e caminhões, com fornecimento de mão de obra especializada, no dia 02 de maio de 2017, às 09:30 horas. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na internet, no endereço eletrônico **www.louveira.sp.gov.br**, ou de 2ª a 6ª feira, das 09h00 às 16h00, na Rua Catharina Calssavara Caldana, 451, Bairro Leitão, Louveira - SP. Outras informações no endereço citado ou pelo telefone (19) 3878-9700. Louveira, 17 de abril de 2017. **LUIS HENRIQUE SILVA SCHENEIDER** - Secretário de Administração.

PAN

BANCO PAN S.A.

CNPJ/MF: 59.285.411/0001-13 - NIRE: 35.300.012.879

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Convidamos os acionistas do Banco Pan S.A. ("Banco Pan" ou "Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada em 28 de abril de 2017, às 11:00hs, na Avenida Paulista, nº 1374, 17º andar, São Paulo/SP, CEP 01310-100, a fim de deliberar sobre a fixação do limite da remuneração global anual dos Administradores da Companhia. (1) A cópia dos documentos pertinentes à matéria descrita na ordem do dia, incluindo aquelas previstas no artigo 12 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 481/2009, está à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no site da Companhia, na área destinada às Relações com Investidores (www.bancopan.com.br/ri), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&FBovespa (www.bmfbovespa.com.br). (2) Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o acionista que desejar participar da AGE deverá depositar na sede social da Companhia, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores, até 72 (setenta e duas) horas antes da data de realização da AGE, cópia do documento de identidade com foto e/ou atos societários que comprovem a representação legal (incluindo, no caso de acionistas pessoas jurídicas, cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais e, no caso de fundos de investimento, cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais). Em adição, o acionista deverá depositar: (i) comprovante de sua condição de acionista expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da AGE; e/ou (ii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. (3) O acionista representado por procurador deverá, também, depositar o respectivo instrumento de mandato, com poderes especiais e documentos comprobatórios dos poderes dos signatários, com as firmas reconhecidas e o comprovante de identidade do mandatário, no endereço e no prazo acima mencionados. São Paulo, 13 de abril de 2017.
Gilberto Magalhães Occhi - Presidente do Conselho de Administração

---

SAAE São Carlos

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO CARLOS

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2017
PROCESSO N° 0815/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras na aquisição de cartuchos de tinta e toners, novos e de primeiro uso, para utilização nas impressoras da Autarquia e reposição de estoque de Almoxarifado, conforme Edital e seus anexos. O Edital na íntegra poderá ser examinado através dos sites www.bb.com.br e www.saaesaocarlos.com.br, opção licitações. Abertura das propostas às 9h do dia 04/05/2017 e início da sessão de disputa às 10h do dia 04/05/2017 (horário de Brasília).

São Carlos, 17 de abril de 2017.
Setor de Contratos e Licitações

Assine:
assinevalor.com.br
ou ligue:
(11) 2199 2199 São Paulo
0800 701 8888 Outras Localidades
Valor Econômico
Notícias que geram negócios.

PROMON S.A.
CNPJ/MF Nº 05.315.149/0001-83 – NIRE 35.300.192.184
Edital de Convocação

Ficam convocados os Acionistas da Companhia a se reunir em Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 27/04/2017 às 09:30, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, auditório (térreo), São Paulo, SP, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **a)** contas da administração e demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2016, com parecer dos auditores independentes; **b)** absorção de prejuízos apurados no exercício encerrado em 31/12/2016 por reservas de lucros (reserva especial e reserva de liquidez); **c)** Fixação da remuneração global dos administradores; **d)** Outros assuntos de interesse geral. São Paulo, 18/04/2017. **Conselho de Administração. (18, 19 e 20/04/2017)**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 4013692-84.2013.8.26.0602. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro de Sorocaba, Estado de São Paulo, Dr(a). Emerson Tadeu Pires de Camargo, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Claudinei Coelho da Silva (CPF. 329.873.518-36), que R.C.A Sistemas de Segurança Ltda - ME lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 1.422,93 (julho de 2014), representada por Duplicatas Mercantis. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 30 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Sorocaba, aos 10 de novembro de 2016.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1004074-48.2014.8.26.0048. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro de Atibaia, Estado de São Paulo, Dr(a). Adriana da Silva Frias Pereira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Tarciso José Ferreira, Rua do Amor, 205, Vila Batista - CEP 12908-460, Braganca Paulista-SP, CPF 349.710.179-68, RG 012694706, Casado, Brasileiro, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum por parte de Hospital São Camilo - Sociedade Beneficente São Camilo, alegando em síntese a cobrança de de R$ 173.063,05 (setembro de 2014), referente aos Recibos Provisórios de Serviços n°s 64174 e 64488, oriundos da prestação de atendimento médicohospitalar. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Atibaia, aos 05 de abril de 2017.

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL – RESUMO. Edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel e para intimação do executado **JOSÉ AUGUSTO MARQUES MONTEIRO** (CPF. 028.047.518-72), de seu cônjuge **MARIA ANGELA BRESCIANE MONTEIRO** (CPF. 012.391.038-24), de **JOSIANE BRESCIANE MONTEIRO** (CPF. 039.819.268-54), seu cônjuge, se casada for, bem como do credor **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MERIDIEN** (CNPJ. 64.617.251/0001-00) e demais interessados, extraída dos autos da Ação de Procedimento Comum, ora em fase de cumprimento de sentença, **Processo nº 0203529-59.2008.8.26.0100**, em trâmite perante a **3ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP**, requerida por **MANUEL GOMES MOREIRA** (CPF. 029.847.338-00) e **EMILIA ROSA DE JESUS** (CPF. 029.847.338-00). Nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, **FAZ SABER** que levará a leilão o bem abaixo descrito, através do portal de leilões on-line da **ZUKERMAN LEILÕES (www.zukerman.com.br)**, em condições que segue: **1. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Apartamento nº 181, localizado no 18º andar do Condomínio Edifício Meridien, situado à Rua Marechal Barbacena, nº 1.120, no 27º Subdistrito – Tatuapé, contendo a área útil de 150,33m², área comum de 129,493m², área total de 279,823m², e um coeficiente de participação no terreno e coisas comuns do condomínio de 2,5694% do todo; estando vinculadas ao apartamento, duas (02) vagas de garagem, situadas nos sub-solos do edifício. **Matrícula: 137.863 do 9º CRI da Capital/SP**. **ÔNUS:** Consta da referida matrícula, conforme **Av.3 (16/08/2016),** PENHORA em favor de CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MERIDIEN, extraída dos autos da ação de Execução, processo nº 1007119-49.2015, que tramita perante a 1ª Vara Cível do Foro Regional do Tatuapé/SP; e conforme **Av.4 (14/09/2016)**, PENHORA EXEQUENDA. **2. AVALIAÇÃO TOTAL DO IMÓVEL: R$ 716.250,00 (JANEIRO/2017 – CONFORME FLS. 480 DOS AUTOS)**, que será atualizada até a data da praça. **3. VISITAÇÃO -** Não há visitação. **4. DATAS DAS PRAÇAS – 1ª Praça começa em 18/05/2016, às 13h30min e termina em 22/05/2016, às 13h30min e; 2ª Praça começa em 22/05/2016, às 13h31min, e termina em 12/06/2016, às 13h30min. 5. CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO –** edital completo com forma de pagamento, lance mínimo, comissão do leiloeiro e demais condições no site www.zukerman.com.br. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Avenida Angélica, nº 1.996, 6º andar, Higienópolis, Capital SP, ou ainda, pelo telefone (11)2184-0900 e email: contato@zukerman.com.br. Ficam os executados JOSÉ AUGUSTO MARQUES MONTEIRO, sua cônjuge MARIA ANGELA BRESCIANE MONTEIRO, JOSIANE BRESCIANE MONTEIRO, seu cônjuge, se casada for, bem como o credor CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MERIDIEN e demais interessados, **INTIMADOS** das designações supra, caso não seja(m) localizado(a)(s) para a intimação pessoal, bem como da Penhora realizada em 01/09/2016. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. SP, 07 de abril de 2017.

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL – RESUMO. Edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel e para intimação dos executados **ESPÓLIO DE VALDOMIRO GOMES CAVALHEIRO, ESPÓLIO DE NEUSA APARECIDA CAVALHEIRO** na pessoa de seus inventariantes**;** bem como dos herdeiros **ADRIANA CAVALHEIRO, DANIEL CAVALHEIRO, ANDRÉ CAVALHEIRO,** bem como de seus cônjuges, se casados forem e demais interessados, extraída dos autos da Ação de Execução, **Processo nº 0015909-30.2010.8.26.0003**, em trâmite perante a **4ª Vara Cível do Foro Regional do Jabaquara/SP**, requerida por **ÂNGELO GAMEZ NUNEZ (CPF. 066.350.678-68).** Nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, **FAZ SABER** que levará a leilão o bem abaixo descrito, através do portal de leilões on-line da **ZUKERMAN LEILÕES (www.zukerman.com.br)**, em condições que segue: **1. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: Prédio e respectivo terreno, situado à Rua Marquês de Lajes, nº 810, parte do lote nº 275-A, da quadra 31, na Saúde 21º Subdistrito/SP, medindo 8,30m de frente, por 19,90m da frente aos fundos, de ambos os lados, tendo nos fundos a mesma medida da frente, encerrando a área de 165,17m², confrontando do lado direito de quem da rua olha e pelos fundos, com propriedade de Lázaro Penachio, do lado esquerdo com propriedade de Manoel Alves Ribeiro. Contribuinte: 049.108.0055-7. OBS.: (Conf. fls. 308 - Laudo) - O imóvel possui: Sala de estar, (02) dormitórios, cozinha, área de serviço, banheiro interno e banheiro externo e 90,00m2 de área construída. Matrícula: 210.626 do 14º CRI da Capital/SP. ÔNUS: Consta da referida matrícula, conforme Av.3 (12/04/2013), PENHORA EXEQUENDA. 2. AVALIAÇÃO TOTAL DO IMÓVEL: R$ 337.282,34 (MARÇO/2017 - Cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do TJSP). 3. DATAS DAS PRAÇAS - 1ª Praça começa em 19/05/2017, às 10h30min, e termina em 24/05/2017, às 10h30min e; 2ª Praça começa em 24/05/2017, às 10h31min, e termina em 14/06/2017, às 10h30min. 4.CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO –** edital completo com forma de pagamento, lance mínimo, comissão do leiloeiro e demais condições no site www.zukerman.com.br. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Avenida Angélica, nº 1.996, 6º andar, Higienópolis, Capital SP, ou ainda, pelo telefone (11)2184-0900 e email: contato@zukerman.com.br. Ficam os executados ESPÓLIO DE VALDOMIRO GOMES CAVALHEIRO, ESPÓLIO DE NEUSA APARECIDA CAVALHEIRO; na pessoa de seus inventariantes; bem como dos herdeiros ADRIANA CAVALHEIRO, DANIEL CAVALHEIRO, ANDRÉ CAVALHEIRO, bem como de seus cônjuges, se casados forem e demais interessados, **INTIMADOS** das designações supra, caso não seja(m) localizado (a)(s) para a intimação pessoal, bem como da Penhora realizada em 09/11/2011. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de abril de 2017.

Companhia de Águas do Brasil – CAB Ambiental

CNPJ/MF: 08.159.965/0001-33 - NIRE: 35.300.332.351
Extrato Ata da Reunião do Conselho de Administração 20/03/2017

Instalação: 20/03/17, 10 horas, sede social. **Convocação e Presença:** efetuadas nos termos do artigo 12 de Estatuto Social. **Mesa:** Presidente: Eduardo de Queiroz Galvão; Secretária: Marcia Pacianotto Ribeiro. **Deliberações Aprovadas:** i) prorrogação do aval prestado pela Companhia a suas coligadas CAB Canarana Ltda., CAB Comodoro Ltda., CAB Pontes e Lacerda, CAB Alta Floresta Ltda. e CAB Colíder Ltda. (denominadas "**Devedoras**") conforme os 5 instrumentos de "Nono Aditamento à Cédula de Crédito Bancário" ("**CCBs**") que foram celebrados entre as Devedoras e o Banco Caixa Geral -Brasil S.A., CNPJ 33.466.988-0001/38 ("**BCGB**"), **ii)** prorrogação da prestação de garantia real, sob a forma de alienação fiduciária em garantia, da totalidade das cotas da Companhia na CAB - MT Participações Ltda. ("**CAB MT**"), cotas essas representativas de 80% do capital social da CAB MT ("**Garantia Real**"), em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pelas Devedoras relativas às CCBs; **(iii)** autorização para a Diretoria, ou seus procuradores, a praticar todos e quaisquer atos, necessários à formalização da Garantia Real e do aval, ratificando inclusive qualquer ato que já tenha sido praticado para estas formalizações. SP, 20/03/17. **Jucesp** nº 157.090/17-6 em 04/04/17.

SINAFRESP
SINDICATO DOS AGENTES FISCAIS DE RENDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo – SINAFRESP – com fundamento nos artigos 11, 12, 16 e 60, inciso V, do Estatuto, convoca todos os Agentes Fiscais de Rendas filiados ao Sindicato a participar de Assembléia Geral Ordinária, no dia 27 de abril de 2017, às 17:00 horas em primeira chamada e às 17:30 horas em segunda chamada, na Sede do SINAFRESP – Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo – Rua Maria Paula, 123, 17° andar – Bela Vista - São Paulo - SP, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:
a) Prestação de Contas do SINAFRESP do exercício de 2016.

São Paulo, 17 de abril de 2017 – Alfredo Portinari Maranca - Presidente

---

nossoleilão on-line

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS
Local do Leilão: Av. Indianópolis, 2826 – Planalto Paulista – São Paulo/SP
1º Leilão: 28/04/17 às 09:00h - 2º Leilão: 28/04/17 às 10:00h - PRESENCIAL E ONLINE

Brookfield Incorporações

HUGO L. ALVARENGA CUNHA, Leiloeiro Oficial, Jucesp 870, autorizado pelos comitentes a seguir, venderá em 1º ou 2º Público Leilão conforme o Art. 63, Lei Federal nº 4.591/64, c/c incisos VI e VII do art. 1º da Lei Federal nº 4.864/65, dos Direitos sobre as fraçoes ideais de terreno (FIT) e partes construídas, que correspondem às seguintes unidades autônomas condominiais:

•NITERÓI/RJ. Apto 703, **Bloco 03 - All Family Condominum CLub,** Travessa S. Rosa do Viterbo, n. 24-A, área priv.: 88,76 m², 2 vgs de garagem, , área real total: 180,43 m², Matr. Incorp.: n. 31.344 – 8º CRI de Niterói/RJ. Obs.: IPTU e condomínio são de responsabilidade do comprador. Desocupado. **1º leilão: R$ 785.056,50. 2º leilão R$ 670.502,28.** Comitente: Brookfield Engenharia S.A. – CNPJ: 04.580.927/0001-07. **•MAGÉ/RJ**. Casa nº 073, Bloco CS, **Doce Lar Vilas de Piabetá - Cond. VILA CONQUISTA**. Estrada Antônio Além Bergara Z.U. do 6º Dist., Magé/RJ. Matr. Incorp n. 145.025 – 2º CRI de Magé/RJ. Obs.: IPTU e condomínio são de responsabilidade do comprador. Desocupada. **1º leilão: R$ 174.603,80. 2º leilão R$ 171.611,74.** Comitente: Brookfield Empreendimentos Econômicos S.A. – CNPJ: 10.400.054/0001-06. **•MAGÉ/RJ**. Casa nº 212, Bloco CS, **Doce Lar Vilas de Piabetá - Cond. VILA CONQUISTA**, Estrada Antônio Além Bergara Z.U. do 6º Dist., Magé/RJ. Matr. Incorp n. 41566 – 2º CRI de Magé/RJ. Obs.: IPTU e condomínio são de responsabilidade do comprador. Desocupada. **1º leilão: R$ 174.891,20. 2º leilão: R$ 166.770,28.** Comitente: Brookfield Empreendimentos Econômicos S.A. – CNPJ: 10.400.054/0001-06. **•MANGARATIBA/RJ.** Casa 54**, DUCADO SAHY SUL 2B2**, Av. "A". s/nº – Bairro do Sahy, Área Priv.: 116,55 m², FIT: 0,0142857%. Matr. Incorp. n. 20.982 do CRI de Mangaratiba/RJ. Obs.: IPTU e condomínio são de responsabilidade do comprador. Desocupado. **1º leilão: R$ 593.174,03. 2º leilão: R$ 551.104,05.** Comitente: BRASCAN SPE RJ-5 S/A, CNPJ/MF n. 10.229.790/0001-35. **•MANGARATIBA/RJ.** Casa 07**, MAR AZUL SAHY NORTE "C"** -, Av. "A", s/nº – Bairro do Sahy, Área Priv.: 69,38 m², FIT: 0,0028500%. Matr. Incorp. n. 20.982 do CRI de Mangaratiba/RJ. Obs.: IPTU e condomínio são de responsabilidade do comprador. Desocupado. **1º leilão: R$ 352.193,52. 2º leilão: R$ 299.564,43.** Comitente: BRASCAN SPE RJ-5 S/A, CNPJ/MF n. 10.229.790/0001-35.

As Comitentes terão preferência na aquisição dos bens (§ 3º art. 63, Lei 4591/64). O arrematante se sub-rogará nos direitos do título aquisitivo e pagará: a) o valor do lance à vista sem desconto, mais 5% de comissão ao leiloeiro; b) Eventuais débitos de IPTU e condomínio; c) Despesas para transferência do imóvel (Escritura e tributos). Hipoteca/ônus bancário, será baixado pela comitente no prazo informado nas condições de venda e pagamento disponíveis no portal NossoLeilão (site). Os imóveis serão vendidos em caráter "*Ad Corpus*" e no estado em que se encontram. Unidades concluídas e desocupadas, eventual ocupação irregular, desocupação por conta do arrematante. Os interessados deverão tomar conhecimento de todas as **condições de venda e pagamento**, disponíveis no portal Nosso Leilão, parte integrante deste edital. Ao ofertar o lance o participante concorda c/ todas as regras normas disponibilizadas no site.

Infs.: (11) 5586-3000
Lances On-line através do site www.nossoleilao.com.br

ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

CNPJ 14.370.342/0001-08
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Cinza, 1º Andar, Sala 2 - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou Lucro Líquido do Exercício de R$ 4.830 mil, Patrimônio Líquido de R$ 8.522 mil e Ativos Totais de R$ 17.644 mil. A Assembleia deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2016	2015
CIRCULANTE	**15.042**	**6.217**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	10.153	1.422
Contas a Receber (Nota 6)	3.666	4.132
Outros Créditos (Nota 7)	1.223	663
NÃO CIRCULANTE	**2.602**	**971**
Realizável a Longo Prazo	**103**	**-**
Outros Créditos (Nota 7)	103	-
Imobilizado de Uso (Nota 8)	**3**	**4**
Imobilizações de Uso	30	30
Depreciação Acumulada	(27)	(26)
Intangível (Nota 9)	**2.496**	**967**
Ativos Intangíveis	2.961	972
Amortização Acumulada	(465)	(5)
TOTAL	**17.644**	**7.188**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	2015
CIRCULANTE	**9.077**	**3.450**
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 10)	866	544
Dividendos a Pagar (Nota 20)	46	2
Contas a Pagar (Nota 11)	8.165	2.904
NÃO CIRCULANTE	**45**	**-**
Provisões para Contingências Cíveis	45	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**8.522**	**3.738**
Capital Social (Nota 12a)	2.001	2.001
Reservas de Lucros (Nota 12b)	6.521	1.737
TOTAL	**17.644**	**7.188**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2016	2015
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS (Nota 14)	**35.232**	**16.943**
Impostos e Contribuições sobre Serviços (Nota 18)	(4.666)	(2.140)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	**30.566**	**14.803**
RECEITAS OPERACIONAIS	**1.472**	**499**
Receitas Financeiras (Nota 15)	842	263
Outras Receitas Operacionais (Nota 15)	630	236
DESPESAS OPERACIONAIS	**24.770**	**14.937**
Despesas de Pessoal (Nota 16)	4.652	4.138
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 17)	19.687	10.467
Despesas Tributárias (Nota 18)	56	11
Outras Despesas Operacionais	375	321
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**7.268**	**365**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19a)	**(2.438)**	**(198)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**4.830**	**167**
Número de Ações	2.632.579	2.632.579
Lucro Líquido por ação em R$	1,83	0,06

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	Capital	Reservas de Lucros		Lucros	
Eventos	Social	Legal	Estatutária	Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2014	**2.001**	**80**	**1.492**	**-**	**3.573**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	167	167
Destinações: - Reservas	-	8	157	(165)	-
- Dividendos	-	-	-	(2)	(2)
Saldos em 31.12.2015	**2.001**	**88**	**1.649**	**-**	**3.738**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	4.830	4.830
Destinações: - Reservas	-	241	4.543	(4.784)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(46)	(46)
Saldos em 31.12.2016	**2.001**	**329**	**6.192**	**-**	**8.522**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**7.268**	**365**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	**461**	**13**
Depreciação e Amortização	461	13
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	**7.729**	**378**
(Aumento)/Redução em Contas a Receber	466	(1.308)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(728)	(231)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	5.306	1.813
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.051)	(191)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	**10.722**	**461**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Intangível	(1.989)	(410)
Aquisição de imobilizado	-	(3)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	**(1.989)**	**(413)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(2)	(5)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	**(2)**	**(5)**
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**8.731**	**43**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício	1.422	1.379
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício	10.153	1.422
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**8.731**	**43**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2016	2015
Lucro Líquido	**4.830**	**167**
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente	**4.830**	**167**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. é uma Companhia que tem por objetivo desenvolver atividades próprias para intermediação, assessoria, administração na venda de produtos, serviços e de negócios em geral realizados por meio de soluções relacionadas ao comércio eletrônico e aos meios de pagamento eletrônico. A ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 1º de fevereiro de 2017.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.5) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.6) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades ou exercidos com esta finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Companhia.

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil - econômica dos bens. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

2.7) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer do período estimado do benefício econômico. Composto por *softwares* são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais-fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

2.10) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

2.11) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.12) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 19.

2.13) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional (1)	63	273
Fundos de investimento financeiros (2)	10.090	1.149
Total de caixa e equivalentes de caixa	**10.153**	**1.422**

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, (composto por Letras Financeiras do Tesouro e Operações Compromissadas), exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) SERVIÇOS PRESTADOS A RECEBER

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Serviços prestados a receber (1)	3.666	4.132
Total	**3.666**	**4.132**

(1) Refere-se basicamente a valores a receber decorrentes das Intermediações nas Vendas R$ 813 (2015 - R$ 1.852), Intermediações nos Pagamentos R$ 645 (2015 - R$ 2.185), Manutenção de Fidelidade R$ 74 (2015 - R$ 93), Publicidades e Propagandas R$ 2.119 (2015 - R$ 2) e na Receita de Agenciamento R$ 15.

						Em 31 de dezembro	
	A vencer	Vencidos até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Acima de 91 dias	Total 2016	Total 2015
Publicidades e propagandas	2.119	-	-	-	-	2.119	2
Intermediações nas vendas	689	38	1	1	84	813	1.852
Intermediações nos pagamentos	416	5	49	26	149	645	2.185
Manutenção de fidelidade	18	18	19	19	-	74	93
Receita de agenciamento	15	-	-	-	-	15	-
Total em 2016	**3.257**	**61**	**69**	**46**	**233**	**3.666**	**4.132**

7) OUTROS CRÉDITOS

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Impostos e contribuições a compensar	1.177	456
Créditos tributários (Nota 19c)	123	188
Adiantamentos e antecipações salariais	16	19
Devedores diversos - País	10	-
Total	**1.326**	**663**

8) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens.

				Em 31 de dezembro	
	% Anual	Custo	Depreciação	2016	2015
Equipamentos em uso	20	30	(27)	3	4
Total		**30**	**(27)**	**3**	**4**

9) INTANGÍVEL

Os valores registrados no intangível referem-se a *softwares* em uso.

				Em 31 de dezembro	
	% Anual	Custo	Amortização	2016	2015
Software em uso	20	2.961	(465)	2.496	967
Total		**2.961**	**(465)**	**2.496**	**967**

Movimentações do Intangível

	Em 31 de dezembro
	***Software* em uso**
Saldo em 31.12.2015	**972**
Entradas	1.989
Saldo em 31.12.2016	**2.961**

10) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Impostos e contribuições a recolher	866	453
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	91
Total	**866**	**544**

11) CONTAS A PAGAR

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Serviços especializados, manutenção e mídia (2)	5.587	2.258
Provisão de incentivo de *marketing* (3)	1.993	-
Provisão de despesa com pessoal (1)	547	578
Provisão de despesas com vale alimentação e refeição	38	68
Total	**8.165**	**2.904**

(1) Trata-se de Provisão de Despesas com Pessoal de competência do ano de 2016;

(2) Referem-se basicamente a notas fiscais para pagamentos de contratação de serviços especializados em gestão e controle de todas as transações de compras feitas através do portal ShopFácil, manutenção e suporte técnico ao sistema gerenciador, e mídia que inclui as divulgações em mídias sociais (propaganda) e o marketing da empresa, no valor de R$ 5.587 (2015 - R$ 2.258); e

(3) Refere-se a recurso obtido para utilização em campanha promocional.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Ordinárias	2.632.579	2.632.579
Total	**2.632.579**	**2.632.579**

continua...

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A. 5
SHOPFÁCIL SOLUÇÕES EM COMÉRCIO ELETRÔNICO S.A. 3

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo
Volume 127 • Número 72
São Paulo, terça-feira, 18 de abril de 2017

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

...continuação

ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

CNPJ 14.370.342/0001-08
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Cinza, 1º Andar, Sala 2 - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2016	**2015**
Reservas de lucros	**6.521**	**1.737**
- Reserva legal (1)	329	88
- Reserva estatutária (2)	6.192	1.649

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.
Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2016 e 2015 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2016	**% (1)**	**2015**	**% (1)**
Lucro líquido do exercício	4.830		167	
Reserva legal	(241)		(8)	
Base de cálculo	**4.589**		**159**	
Dividendos mínimos obrigatórios	**46**	**1,0**	**2**	**1,0**

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

13) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Companhia figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.
Os principais processos com essa classificação são pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, no montante de R$ 45 (R$ 4 em 2015) e R$ 467 (R$ 86 em 2015), com probabilidade de perda provável e possível, respectivamente, na avaliação dos advogados que assessoram a Companhia.

14) RECEITA DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

	Em 31 de dezembro	
	2016	**2015**
Intermediação de meios de pagamentos	28.035	5.998
Intermediação de vendas	6.678	3.641
Comissões sobre vendas (1)	-	3.145
Comissões sobre meios eletrônicos (2)	-	2.590
Publicidade (3)	15	1.025
Programas de fidelidade (4)	429	544
Agenciamento	75	-
Total	**35.232**	**16.943**

(1) Referem-se basicamente a comissões recebidas dos parceiros comerciais sobre vendas intermediadas pela ShopFácil através do *site*;
(2) Referem-se basicamente as receitas obtidas através dos meios eletrônicos, sendo eles: Intermediação de vendas e Intermediação de pagamentos;
(3) Receitas provenientes da locação de espaço publicitário no *site* da Shopfácil; e
(4) Receitas provenientes da manutenção do Programa de Fidelidade Bônus Clube.

15) RECEITAS OPERACIONAIS

	Em 31 de dezembro	
	2016	**2015**
Receitas Financeiras	842	263
Outras Receitas Operacionais (1)	630	236
Total	**1.472**	**499**

(1) Referem-se basicamente a reversão de provisões para pagamento de serviços de terceiros.

16) DESPESAS DE PESSOAL

	Em 31 de dezembro	
	2016	**2015**
Proventos	2.851	2.492
Benefícios	830	774
Encargos sociais	784	734
Transportes e viagens	187	138
Total	**4.652**	**4.138**

17) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2016	**2015**
Assessoria técnica em processamento de dados	5.985	4.342
Publicidade e propaganda	11.639	3.652
Serviços especializados	1.476	2.206
Monitoramento de plataforma	43	139
Editais e publicações	75	88
Depreciações e amortizações	461	13
Aluguel	-	18
Outras despesas	8	9
Total	**19.687**	**10.467**

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2016	**2015**
Contribuição à COFINS	2.889	1.294
Contribuição ao PIS	626	281
Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	1.202	572
Outros Impostos	5	4
Total	**4.722**	**2.151**

19) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2016	**2015**
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	**7.268**	**365**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(2.471)	(124)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(45)	(104)
Outros (Incentivos fiscais e efeito do adicional de IR 10%)	78	30
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(2.438)**	**(198)**

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2016	**2015**
Impostos diferidos:		
Constituição/realização, no exercício, sobre adições temporárias	(65)	42
Impostos corrente:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(2.373)	(240)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(2.438)**	**(198)**

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O valor do crédito tributário no montante de R$ 123 (2015 - R$ 188), refere-se a Imposto de Renda no montante de R$ 90 (2015 - R$ 138), Contribuição Social no montante de R$ 33 (2015 - R$ 50), com expectativa de realização em até 4 anos. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, no montante de R$ 116 (2015 - R$ 178).

d) Tributos a compensar ou recuperar

Referem-se a impostos de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, impostos retidos sobre prestação de serviços (IR, CS, PIS e COFINS) e impostos a compensar de IRPJ e CSLL de períodos anteriores, no montante de R$ 1.177 (2015 - R$ 456).

20) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Em 31 de dezembro			
	2016		**2015**	
	Ativo (passivo)	**Receitas (despesas)**	**Ativo (passivo)**	**Receitas (despesas)**
Caixa e equivalentes de caixa:				
Banco Bradesco S.A.	63	-	273	-
Dividendos a pagar:				
Banco Bradesco Cartões S.A.	(37)	-	(1)	-
Scopus Soluções em TI	(9)	-	(1)	-
Valores a pagar:				
Scopus Soluções em TI	(316)	(4.303)	(354)	(3.755)

21) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Nos exercícios 2016 e 2015, a Companhia não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não há processos com riscos fiscais e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis; e

c) Não houve eventos subsequentes que requeriam ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Marcelo da Silva Rego - Contador - CRC - 1SP301478/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da

ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como, as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 13 de abril de 2017

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Carlos Augusto de Freitas Torres
Contador CRC 1SP262958/O-0

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A. 5
SHOPFÁCIL SOLUÇÕES EM COMÉRCIO ELETRÔNICO S.A. 3

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 127 • Número 72
São Paulo, terça-feira, 18 de abril de 2017

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Certificação Digital Imprensa Oficial

Segurança e agilidade na administração da sua empresa.

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo

www.imprensaoficial.com.br

io certificaçãodigital
SAC 0800 01234 01

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO